



CONSERVAÇÃO | SOCIOBIOECONOMIA | QUALIDADE DE VIDA

Amazônia que prospera: propostas de políticas públicas para a Amazônia Profunda

Contribuições para o Ciclo de Planejamento 2027-2030

Foto: Lucas Bonny

Apresentação

A Amazônia vive um momento decisivo. As escolhas feitas nos próximos anos terão impacto direto sobre a conservação da floresta, a capacidade de adaptação às mudanças climáticas, a geração de oportunidades econômicas e a qualidade de vida de milhões de pessoas.

Ao longo de sua trajetória, a Fundação Amazônia Sustentável (FAS) aprendeu que muitos dos desafios enfrentados pela região não decorrem da ausência de soluções. Em comunidades, aldeias, unidades de conservação e municípios amazônicos, existem experiências que demonstram ser possível combinar conservação ambiental, geração de renda e melhoria das condições de vida.

O desafio é transformar essas soluções práticas em políticas públicas inclusivas, justas e sustentáveis, capazes de chegar a mais territórios e gerar benefícios concretos para os povos da floresta.

É com esse propósito que apresentamos “Amazônia que Prospera: Agenda de Políticas Públicas para a Amazônia Profunda”. As propostas reunidas nas próximas páginas partem de soluções práticas desenvolvidas ao longo de 18 anos de atuação da FAS.

A prosperidade da Amazônia Profunda não interessa apenas a quem vive nela. Uma Amazônia com floresta em pé, comunidades prósperas, infraestrutura adequada e instituições capazes de implementar políticas públicas é estratégica para o futuro do Brasil.

CONTRIBUIÇÃO

Uma contribuição técnica e apartidária para o ciclo 2027–2030

Nossa intenção é contribuir, de forma técnica e apartidária, para o debate sobre as prioridades da Amazônia e do Brasil no ciclo 2027–2030, oferecendo subsídios a candidaturas aos Poderes Executivo e Legislativo, nas esferas estadual e federal, às equipes responsáveis pela elaboração de programas de governo e aos futuros gestores públicos.

A AMAZÔNIA PROFUNDA EM NÚMEROS

59%

DO TERRITÓRIO NACIONAL OCUPADO PELA AMAZÔNIA LEGAL

773

MUNICÍPIOS AMAZÔNICOS

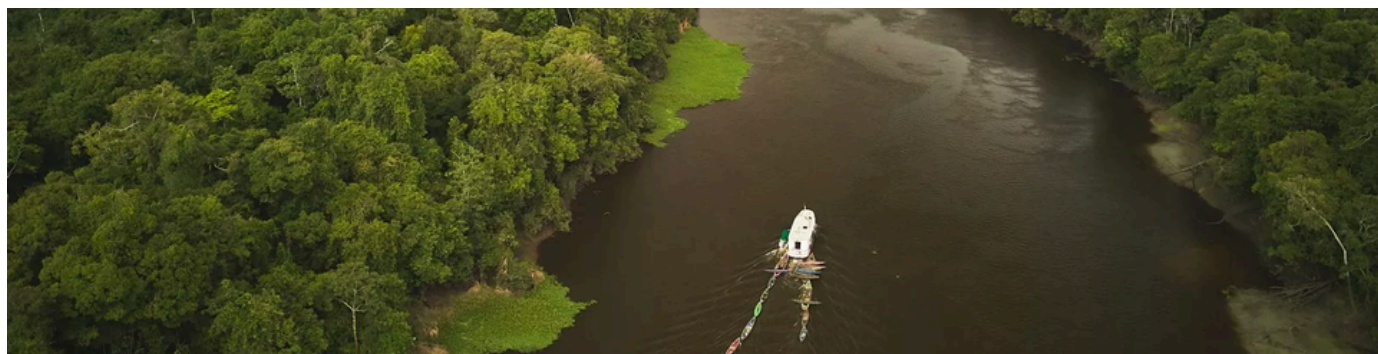
51,2%

DA POPULAÇÃO INDÍGENA DO PAÍS

46,6%

DA ÁREA COBERTA POR ÁREAS PROTEGIDAS

Foto: Rodolfo Pongelupe



A Amazônia Profunda no centro das escolhas para 2027–2030

A Amazônia Legal ocupa 59% do território nacional e abrange 773 municípios, marcados por grandes distâncias e forte dependência da malha fluvial para mobilidade, abastecimento e acesso a serviços. A região concentra 51,2% da população indígena do país (cerca de 867,9 mil pessoas) e possui 46,6% de sua área coberta por áreas protegidas (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística — IBGE, 2022; 2025).

Na Amazônia Profunda, essas condições se intensificam. O isolamento geográfico, a sazonalidade dos rios e os extremos climáticos afetam, ao mesmo tempo, a segurança hídrica, a produção, a mobilidade e o acesso a direitos básicos.

Nesses territórios, a presença do Estado não pode operar a partir da mesma lógica aplicada aos grandes centros urbanos. O desafio para o ciclo 2027–2030 não é apenas ampliar recursos, mas adaptar o desenho e a implementação das políticas públicas às realidades da Amazônia Profunda.

É essa mudança de perspectiva que orienta esta Agenda: integrar conservação ambiental, sociobioeconomia e melhoria da qualidade de vida em uma mesma estratégia de prosperidade territorial, ancorada em saberes tradicionais e adaptada ao contexto amazônico.

11 propostas para a prosperidade da Amazônia Profunda

01

Floresta em pé, clima e resiliência

1. Ampliar e aprimorar os mecanismos de Pagamento por Serviços Ambientais
2. Financiar a implementação de planos de adaptação climática como parte de uma política efetiva e permanente para comunidades e aldeias
3. Acelerar a regulamentação do mercado de carbono e do financiamento climático, assegurando seu papel no desenvolvimento territorial e na melhoria da qualidade de vida dos povos da floresta

02

Sociobioeconomia e prosperidade territorial

4. Adensar as cadeias produtivas e fazer com que mais valor fique nas comunidades e aldeias
5. Fazer das compras públicas um dinamizador da produção local sustentável, especialmente para alimentação de escolas, hospitais, bases militares e outras instituições públicas
6. Criar oportunidades para mulheres e jovens empreenderem e permanecerem nos territórios

03

Infraestrutura, serviços essenciais e qualidade de vida

7. Universalizar o acesso à água potável com soluções adequadas à realidade amazônica
8. Universalizar o acesso à energia limpa e à conectividade e transformá-las em vetores de geração de renda, saúde, educação e desenvolvimento sustentável
9. Investir na segurança alimentar, com atenção especial à resiliência diante das mudanças climáticas e dos eventos extremos

04

Governança e capacidade de implementação

10. Fortalecer organizações da sociedade civil e comunitárias para participar, gerir e contribuir para a implementação de soluções nos territórios
11. Ampliar a capacidade de estados e municípios para inovar e aumentar a eficácia e a eficiência das políticas públicas

Qualidade de vida, geração de renda e conservação precisam avançar juntas, com capacidade para transformar políticas e recursos em resultados concretos nos territórios.

As propostas estão organizadas em quatro eixos complementares. Cada uma apresenta a mudança de política pública que se pretende alcançar e caminhos concretos para viabilizá-la. Os títulos sintetizam a direção estratégica, enquanto a seção “Como fazer” indica programas, instrumentos regulatórios, mecanismos de financiamento e arranjos de implementação que podem ser mobilizados, ampliados ou aprimorados no ciclo 2027–2030, considerando as especificidades da Amazônia Profunda.

Conservação e adaptação climática como política permanente

Foto: Lucas Bonny

Na Amazônia Profunda, a conservação da floresta está diretamente ligada à segurança hídrica e alimentar, à renda das populações e à capacidade das comunidades de enfrentar eventos climáticos extremos. Estiagens severas, incêndios florestais e alterações no regime dos rios deixaram de ser situações excepcionais e passaram a ampliar vulnerabilidades já existentes na região.

Para o ciclo 2027–2030, a política pública precisa integrar conservação e adaptação de forma permanente. O desafio é fazer com que os recursos nacionais e internacionais destinados à manutenção da floresta em pé e de seus serviços ecossistêmicos gerem benefícios concretos para as populações locais e que a adaptação climática deixe de ser tratada apenas como resposta emergencial, passando a orientar investimentos contínuos em resiliência territorial.



01

Ampliar e aprimorar os mecanismos de Pagamento por Serviços Ambientais

Ampliar programas de Pagamento por Serviços Ambientais (PSA) e outros incentivos econômicos de longo prazo vinculados à conservação, com cadastros adequados a povos e comunidades tradicionais, mecanismos de pagamento direto e simplificados e regras claras de continuidade e repartição justa de benefícios. Integrar esses programas a fundos ambientais e climáticos para dar previsibilidade ao financiamento.

02

Financiar a implementação de planos de adaptação climática como parte de uma política efetiva e permanente para comunidades e aldeias

Incorporar adaptação e resiliência climáticas aos Planos Plurianuais (PPAs), às Leis Orçamentárias Anuais (LOAs) e aos planos estaduais e municipais, com recursos orientados por critérios de vulnerabilidade territorial e socioeconômica. Articular antecipação, preparação, resposta e medidas estruturantes, com investimentos em segurança hídrica e alimentar, prevenção de incêndios, energia renovável, comunicação, inteligência de dados, proteção da produção e infraestrutura resiliente.

03

Acelerar a regulamentação do mercado de carbono e do financiamento climático e assegurar seu papel no desenvolvimento territorial

Fortalecer marcos regulatórios e programas de Redução de Emissões por Desmatamento e Degradação Florestal (REDD+) com salvaguardas socioambientais, Consulta Livre, Prévia e Informada (CLPI), governança participativa e regras transparentes de repartição de benefícios. Garantir que parte dos recursos seja direcionada às prioridades definidas nos próprios territórios, incluindo adaptação, sociobioeconomia e fortalecimento das organizações locais.

DA PRÁTICA À POLÍTICA | CONSERVAÇÃO GERANDO BENEFÍCIO DIRETO

O Programa Guardiões da Floresta, política pública do Governo do Amazonas implementada com apoio da FAS, alcançou 11.548 famílias em 2024, com mais de R\$ 13,8 milhões em pagamentos diretos. A experiência mostra que recursos associados à conservação podem chegar diretamente às famílias quando há desenho institucional adaptado à realidade amazônica, com financiamento previsível e capacidade de implementação nos territórios.

Mais valor da floresta permanecendo nos territórios

Foto: Rodolfo Pongelupe



Na Amazônia Profunda, parte relevante do valor econômico gerado pela floresta sai dos territórios antes de se converter em renda, emprego e autonomia local. Cadeias da sociobiodiversidade, turismo de base comunitária, manejo e produção familiar seguem limitados por gargalos de beneficiamento, logística fluvial, crédito adequado e assistência técnica — desafios também apontados pelo Plano de Transformação Ecológica da Bioeconomia da Amazônia Ocidental.

Para o ciclo 2027–2030, a política pública deve tratar a sociobioeconomia como estratégia de desenvolvimento territorial, com um objetivo claro: manter mais valor nos territórios, ampliar oportunidades para jovens e mulheres e estruturar cadeias capazes de gerar mais valor a partir da floresta em pé.

04

Adensar as cadeias produtivas e fazer com que mais valor fique nas comunidades e aldeias

Direcionar crédito público, fundos de desenvolvimento e incentivos para infraestrutura descentralizada de beneficiamento, armazenamento e cadeia de frio. Integrar esses investimentos ao acesso adequado à energia, à assistência técnica, à gestão, à logística, ao acesso a mercados, à certificação e rastreabilidade, ampliando o processamento e a agregação de valor nos próprios territórios.

05

Fazer das compras públicas um dinamizador da produção local sustentável

Ampliar e qualificar o uso do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e de outras compras institucionais para produtos da agricultura familiar e da sociobiodiversidade, incluindo alimentação de escolas, hospitais, bases militares e outras instituições públicas. Adequar os processos de compra às condições amazônicas e apoiar produtores e governos locais no planejamento da oferta, regularização, logística e comercialização.

06

Criar oportunidades para mulheres e jovens empreenderem e permanecerem nos territórios

Estruturar linhas de crédito, capital semente e garantias alternativas adequadas a negócios comunitários e aos ciclos produtivos da floresta. Associar financiamento a formação, assistência técnica, gestão e acesso a mercados, com prioridade para iniciativas lideradas por mulheres e jovens.

DA PRÁTICA À POLÍTICA | COMPRA PÚBLICA ABRINDO MERCADO

O Pirão no Prato conecta produção sustentável e alimentação escolar em municípios do Amazonas, atuando simultaneamente sobre organização da produção, escoamento, comercialização e capacidade do poder público de comprar. A experiência reforça que compras públicas podem gerar mercado para a sociobioeconomia quando oferta, logística e gestão municipal são estruturadas em conjunto.

INFRAESTRUTURA, SERVIÇOS ESSENCIAIS E QUALIDADE DE VIDA

Serviços essenciais com soluções adequadas ao território

Foto: Michael Dantas

Na Amazônia Profunda, distância, dispersão populacional e sazonalidade dos rios elevam os custos de infraestrutura e dificultam o acesso contínuo a serviços essenciais. Água potável, energia limpa, conectividade e segurança alimentar são condições para qualidade de vida, geração de renda e maior capacidade de resposta diante de eventos climáticos extremos.

Para o ciclo 2027–2030, o desafio é ampliar soluções descentralizadas e adaptadas aos territórios, combinando infraestrutura, operação local e capacidade de resposta para garantir serviços essenciais de forma contínua.



07

Universalizar o acesso à água potável com soluções adequadas à realidade amazônica

Financiar sistemas descentralizados e modulares de captação, tratamento, armazenamento e distribuição de água, especialmente em comunidades dispersas e mais vulneráveis às secas e contaminações. Realizar diagnósticos territoriais prévios e incluir no investimento recursos para operação, manutenção, reposição de insumos e formação de operadores locais.

08

Universalizar o acesso à energia limpa e à conectividade e transformá-las em vetores de desenvolvimento sustentável

Adequar programas de eletrificação e inclusão digital para que o dimensionamento da infraestrutura considere tanto a universalização do acesso quanto seus usos na geração de renda, saúde, educação e serviços públicos. Incorporar estratégias de Fomento ao Uso Produtivo de Energia (PUE) e associar os investimentos a modelos locais de operação e manutenção.

09

Investir na segurança alimentar e na resiliência diante das mudanças climáticas

Fortalecer políticas de produção, abastecimento e acesso a alimentos adequadas às condições territoriais, com atenção à agricultura familiar, pesca, manejo e sistemas produtivos locais. Integrar segurança alimentar aos planos de adaptação e contingência, apoiando estoques estratégicos, diversificação produtiva e soluções capazes de reduzir a vulnerabilidade diante de secas, cheias e outros eventos extremos.

DA PRÁTICA À POLÍTICA | INFRAESTRUTURA CONECTADA AMPLIANDO O ACESSO A SERVIÇOS

O SUS na Floresta combina atendimento presencial, telessaúde, infraestrutura e formação para ampliar o acesso à Atenção Primária à Saúde em comunidades ribeirinhas. Em 2025, foram realizadas 180 teleconsultas e 25 teleorientações. A experiência mostra que conectividade gera resultado quando está associada a profissionais, equipamentos, energia e integração com o serviço público.

GOVERNANÇA E CAPACIDADE DE IMPLEMENTAÇÃO

Fortalecer quem transforma política pública em entrega

Foto: Bruno Kelly

Na Amazônia Profunda, boas políticas dependem da capacidade de quem precisa colocá-las em prática. Estados, municípios e organizações da sociedade civil enfrentam limitações técnicas, institucionais e financeiras que reduzem a velocidade, a eficácia e a continuidade das entregas nos territórios.

Para o ciclo 2027–2030, a prioridade deve ser fortalecer essas capacidades e criar condições para testar, adaptar e escalar soluções inovadoras, aproximando decisão, execução e participação social.



10

Fortalecer organizações da sociedade civil e comunitárias para participar, gerir e contribuir para a implementação de soluções nos territórios

Ampliar o uso de termos de fomento, termos de colaboração e outros instrumentos previstos no Marco Regulatório das Organizações da Sociedade Civil (MROSC). Adequar processos de acesso e prestação de contas à escala das iniciativas e combinar repasses com assistência técnica, formação em gestão, letramento orçamentário, governança, monitoramento e participação qualificada nos espaços de decisão.

11

Ampliar a capacidade de estados e municípios para inovar e aumentar a eficácia e a eficiência das políticas públicas

Criar estruturas compartilhadas de apoio técnico em planejamento, engenharia, modelagem, contratação e gestão de projetos; formar carteiras de projetos executáveis; apoiar o acesso a fundos, transferências e financiamentos; e estimular arranjos intermunicipais e territoriais que permitam testar, adaptar e escalar soluções com maior eficiência.

DA PRÁTICA À POLÍTICA | FORTALECER QUEM EXECUTA NO TERRITÓRIO

O Projeto Prospera na Floresta combina investimentos produtivos, infraestrutura e fortalecimento da gestão e da governança de organizações comunitárias. O aprendizado é direto: recursos e infraestrutura têm maior capacidade de gerar resultados duradouros quando existem organizações locais preparadas para participar das decisões, gerir recursos e dar continuidade às soluções.

Da agenda à implementação

Os desafios da Amazônia Profunda não se resolvem de forma isolada. Conservação, geração de renda, infraestrutura, serviços públicos e capacidade de implementação precisam avançar a partir de uma visão integrada do território.

Para o ciclo 2027–2030, o desafio é transformar políticas, recursos e compromissos em entregas concretas. Isso exige adaptar instrumentos às realidades amazônicas, fortalecer capacidades locais e melhorar a coordenação entre os Poderes Executivo e Legislativo, nas três esferas de governo, e entre organizações da sociedade civil, academia e setor privado.

Esta Agenda oferece contribuições técnicas e apartidárias para candidaturas e suas equipes. O futuro do Brasil está diretamente ligado ao futuro da Amazônia — e conservar a floresta exige melhorar, de forma concreta, a qualidade de vida e ampliar as oportunidades de quem vive e cuida desses territórios.

A FAS se coloca à disposição para compartilhar aprendizados e experiências construídos ao longo de sua atuação em mais de 900 comunidades e aldeias da Amazônia.



AMAZÔNIA QUE PROSPERA

O futuro do Brasil está diretamente ligado ao futuro da Amazônia.

Foto: Orlando Júnior

Ficha Técnica

Título: Amazônia que Prospera: propostas de políticas públicas para a Amazônia Profunda

Ano: 2026

Tipo: Agenda de políticas públicas

Ciclo: Planejamento 2027–2030

Idioma: Português

Acesso Gratuito · PDF para leitura e impressão

Publicação: Fundação Amazônia Sustentável (FAS)

Contato: ppcc@fas-amazonia.org

Coordenação: Gabriela Sampaio

Contribuição: Gabriel Faria, Juliane Menezes, Gleidson Aranda, Thiago Carvalho e Virgílio Viana

Concepção gráfica: Eunice Venturi com apoio de inteligência artificial generativa (Lovable e ChatGPT/OpenAI).

Fotografias: Lucas Bonny, Rodolfo Pongelupe, Michael Dantas, Bruno Kelly e Orlando Júnior

fas-amazonia.org

@fasamazonia



MANAUS, AM

Rua Álvaro Braga, 351 | Parque Dez | 69055-660

+55 (92) 4009-8900 | 0800 722-6459

